

Titulo do Regimento do Ouvidor de Mauão nasphyrey da China

1. O Ouvidor de Mauão conhecerá por appellação nova de todas as causas Civis, e Crimes; e os feitos Civis que em seu fuero se processarem sentenciará finalmente por si só, dando appellação nos Casos que não couberem em sua alçada para a Relação, e os Instrumentos de Appellação, ou Cartas testimoniaes, que d'arte se retirarem das Sentenças interlocutorias, de que por bem de Murchay ordenaõens se poderão agravar, serão para a Relação, e não para o Ouvidor Geral, como até aqui se fazia.
2. Nos Casos Civis que não couberem na alçada do d'ito Ouvidor sendo a Condennação de dinheiro, ou de quaesquer bens moveis de que se appellar, como dito he, não prohibido os Condennados Bens de Saiz, ou não dando fiança bastante à Condennação, se fará a execução pelas ditas Sentenças porro que dellas está appellado na forma da Ordenação do N.º 3.º ff.º 77.º §. final, o qual se guardará na d'itas appellações porro que fale de agravos.
3. Sendo dadas Sentenças dadas por virtude de alguma Escriptura publica, ou Contratos que tenham a mesma força, vigor, ou por conhecimentos reconhecidos, se fará execução na forma da Ordenação do N.º 3.º ff.º 16 no principio, e conforme as Leys da Reformaõ da Justica, q.º falas nesta Ordenação.

4.^o Que o dito Ouvidor por se tratar a por si só
 os feitos crimes até final, ou quando os mesmos
 estiverem concluídos, ou para saber ao Ca-
 pitão para a presença de a Cerro, e a hora
 em que se há de ajuntar em alguma casa
 publica se houver na dita Província de
 Minas, para se lidar despacho, e não ha-
 do a dita casa publica, se ajuntará o Ouvi-
 dor como Capitão na casa aonde elle se junta,
 e sendo o dito Ouvidor, e Capitão conformes
 se escreverá a sentença pelo Ouvidor em que
 se assignarão ambas, a qual se dará a devida
 execução cabendo em sua alçada; e sendo em
 votos diferentes não se escreverá a senten-
 ça, e tomarão Preceito que será o Vereador
 mais velho, a qual se dará juramento de
 que se fará a cento no mesmo feito, e con-
 forme o em que for acordado se jorará
 a sentença em que todos tres assignarão, a
 qual se dará a devida execução pelo modo
 sobredito.

5.^o Casos e crimes que não couberem
 na alçada do dito Ouvidor a despacho a por si só
 quando o Capitão seja presente dando appella-
 ção na forma das Minutas Ordenações para a
 Relação, aonde o Ouvidor Gual do crime se despa-
 chará conforme o seu Regimento.

6.^o Quando o Capitão na dita Pro-
 víncia de Minas, o dito Ouvidor despachará a ditos
 feitos crimes, que cabem em sua alçada por
 si só como se parecer Justiça, dando sua sen-
 ças a execução como se foram dada como Capit-
 ão.

Civis archi Censu evinte mil lei non bene movej,
 ena delair archi oirena mil lei; eor que pararem
 dada quaercia, que nas couberem namu a leada, da
 ditor ouidor appellaçao para a Relaçao.

12. Enor feitor crimes non ditor ouidor con
 o Capitanõ aliada que son o Capitanõ de Mossu-
 Lugar d'alem declarada na Ordenaçao de N. S.
 16. 47 non Comuqay, ena a Sençonia, que deram non-
 Ceroj que couberem omara a leada, conforme a este de-
 gimento, eã ditta Ordenaçao, a excusarõ com effeito.

13. Caunõ sendo alguns da Ceroj dada ditta ordena-
 çao por que conforme a esta sençao aliada archi morte
 natural nas excusarõ a sençonia an que cada
 hum do Ceroj deram, sendo a Comdãnnã de Exuõ
 ou Lavãõ de Minha Lara, ou de outra qualidã de
 maior, por que ante de excusarõ adina sençonia
 ofarõ a saber ao V. M. Rey, para que com seu parecer
 se pona doraditta sençonia a execucao.

14. O ditor ouidor podera por pany conden-
 nar nella archi dou mil lei para despesa da Jus-
 tica, sem da ditta sençonia haver appellaçao, nem
 a pany.

15. O ditor ouidor não podera por enlay de qual-
 quer qualidã de que sejas sem percider Sumario de
 Cebemõnha conforme a ley non da reformaçao
 da Justica, a qual nã se, e sendo omãis se a pany
 como nella se conõ.

16. Farã as Audiencias que são obrigadas
 a fazer o Corregedor das Comarcas, e isto no lu-
 gar do ditor Alcaide publico, enã o havendo acomo-
 dado, a fazer em sua Casa.

17. Tirarã today a Comarca, que o Corregedor
 das Comarcas são obrigados a tirar yntem da Mi-
 nha Ordenaçao, Ley Comuqay de Ley d'ing,
 sobre a pany nella declarada, non Ceroj om que

sepidorem applicat.

- 18. *Edicto dedit ducido ducido sum p[ro]p[ri]o assir-
vintiaj in officio de Justicia que rogatum in forma dals.
travagante ante facer saber as Vice Rey, equal oymara
de Justicia en quibus de ducido p[ro]p[ri]o, enco mandas
o Conterno, es mente p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o de p[ro]p[ri]o de a p[ro]p[ri]o,
que p[ro]p[ri]o de p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o de facer, cas p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
a Meo dedit, enco p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o, enco d[omi]n[us]
enco d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o Meo dedit.*
- 19. *Edicto dedit ducido ducido mandas acada
hunc in Curiam de ducido facer hunc hunc enco
encom tota d[omi]n[us] d[omi]n[us], el crime, el summeny de
Agravo, cas maij ducido, de quod ducido ducido conheor,
a p[ro]p[ri]o de ducido hunc oque d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us]
a p[ro]p[ri]o d[omi]n[us] de p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o de Justicia, enco
focem antep[ro]p[ri]o.*
- 20. *Tota maij dedit ducido ducido hunc hunc
d[omi]n[us], cas signado p[ro]p[ri]o, enco p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] que p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o de
Justicia, enco p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o, in forma d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o*
- 21. *A p[ro]p[ri]o d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
dedit ducido, enco de Capinas, enco d[omi]n[us] que
hunc d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us]
za, de d[omi]n[us] d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
mandas enco p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
eram aplicadas, cas d[omi]n[us], que p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o*
- 22. *Edicto dedit ducido ducido ducido p[ro]p[ri]o, non
encom d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
nen hunc crime, non d[omi]n[us], enco p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
de Vice Rey, de d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o.*
- 23. *Et p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
cas de Justicia, que d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o
a d[omi]n[us] d[omi]n[us] d[omi]n[us] p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o p[ro]p[ri]o*

as Capitães nascidos muiro innocentes, e eram
 opprimidos de maneira, que não podião cumprir com
 a sua obrigação, com a natureza, e liberdade, que a natureza
 ao serviço de Deus, e Meu; e quando não porem
 Hei por bem, e mando, que as Capitães do Rio Negro
 do Capão não tenham nenhuma Jurdição, nem au-
 toridade sobre o Rio Negro de Maão, nem seixo-
 mada alguma de que a seu cargo pertença: au-
 torizo Hei por bem, e mando, que o Rio Negro gover-
 ne adita Comarca juramentado até chegar ao termo
 o Capitão de Viçosa com a Berra, que os Membros
 della elegerem por Capitão, e Governador, e não
 elle.

24. Commetendo o Ouvidor algum crime, ou
 excessos por que pareça ao Capitão que devesse avisar disto
 ao Vice Rey, e fazeo por sua Carta, e o Vice Rey man-
 dará ver em Relação para se proceder contra elle como
 for justiça.

25. O Ouvidor levará a signatura, como
 as podem levar os Corregedores das Comarcas por bem
 de seu Regimento, e Príncipe Ordens.

26. Quando o Ouvidor for ausente, e im-
 pedido de maneira, que por si não possa servir, virá
 em seu lugar o Vereador maior, e qual se derá
 juramento em Câmara, que bem, e verdadeiramente
 virá durante o dito impedimento, e qual se derá
 em nome deste Regimento.

27. Assim Hei por bem, que alexandra sus-
 peitos que forem por a dita Comarca no Rio Negro,
 e auzas de que portação de seu officio poderem
 vir, elle tenha a maneira seguinte: Quando
 for intentada suspeição por alguma parte de qual-
 quer qualidade, ou condição que seja, não se lance
 de o Ouvidor por suspeito, nem virá a dilação
 da dita suspeição ao Vereador maior, e qual se derá
 ao de Maão, e juramentado, que a determinar

como for Justica, e odido o ouidor procederã sempre na causa em que se puzerem as suspiciões até se determinar finalmente, remando comigo por adjunto ouro Venador não sendo suspeito, e sendo, remará ouro sem suspicião, e os Juizes que a fim foram enviados serão validos, como se a suspicião não fora inventada, e sendo julgado que não há suspeito por causa si na causa como havia de fazer se a suspicião não foy inventada, e sendo julgado por suspeito em tal caso, não procederã mais, e darã lugar a Secular que d'ordinar caso conhecido, e quando a forma de Minhas Ordenações.

28. E assim meyras que quando a fim for yrona suspicião a odido o ouidor em qualquer caso a fim Crime, como Civil, ea parte que apparecer não for concente como se deprimenro, e quizer dar a ella prova de porre quatro Cruzados antes que se seja dado lugar a prova, ou que se venderã yrona a proprio poder da Cadea da dita Coroa de Malua, se for julgado por não suspeito.

29. Haverã odido o ouido ducentos mil reis de ordenado em cada humo anno pago na Feitoria de Malua y pelo Feitor de ella an Quarreij do Anno, ou que se Feitor de pagarem o d'primeiro dinheiro que trouer na Feitoria de maneira, que seja sempre bem pago, e isto com certidão da Escrivã do seu cargo de como rem o tempo do Quarrel; e com a dita certidão, e conuimento do ouidor será o dinheiro do dito Quarreij levado em conta nos Contas do Feitor que se pagarem, e o realdo deste Capital se levarã no livro do Regim de Feitoria de Malua y pelo Escrivã de ella, e podẽ dar alguma Comoda Ordem como odido ordenado se pague a odido o ouido, e assim que se succederem na Coroa de Malua.

nos Dileitos das Fazendas que ao Navio que della
vem hão de pagar em Malaca, Mando ao Virey
que me he, e a que o diante foy, que adun por
que a minha renda he, que o dito ordenado he seja
sempre bem pago na mesma maneira que yader ser,
e qual ordenado vencerã o ouido sendo veniente.

30. O dito Ouvido havẽ o manimento
para dnu. Homem, que o acompanham, e com elle
vivem na Curia de Jurica, e qual he seja pago
na Reitoria de Malaca ao Guarrey, e a Curia da
minha Fazenda como se he a qui se he a os mais
do Dileito de Malaca, da India, e isto por con-
fidaõ que se vem ao dito Ouvido, em que de here
como rem ordinario dnu. Homem, e com elle vivem
na maneira sobredita.

31. E Mando, que o dito Ouvido unõ me-
mora na Juridicaõ que se manda em daquella
Portaõõ sem sobre os Ching, e Ching, e na Curia
que se moverem entre os moradores, e elle, he para
inevitavelmente comprimento da Jurica.

32. He y probem, que este Regimento se
cumpra em tudo daqui em diante na forma, e ma-
neira nelle declarada, sem embargo daquelles que
outros Regimentos, Leys, e Privilegios, e Statutos
que em contrario se jaõ pãados, e que se he por
destruõ, e que se unõ cumprãõ, nem sentãõ
força, nem vigor algum, nem se guardem neque
a este em contrario, e qual se he Regimento no N.º da
Relaçãõ do Estado da India, e no Regimento do
Secret.º, e no da Chancellaria, e no N.º da Camera
da dita Cidade de Goa, e assim Regimento no N.º do
Regimento de dnu. de Malaca, da dita parte ju-
ra em geral ser novo e o contendo nelle, e por
prio se jaõ na dnu. da Camera da dita Cidade
de Goa, a onde he y qui esparã em todo o tempo

119
maiz quando. Notifico a fim ao Sr. D. João de
do Estado da Índia, e ao D. Comendador da Relação
della, e ao D. Comendador Capitão, e ao J. Juiz, offi-
ciaes, e Benços, da d. Índia, e do Estado da Índia, que ora
são, e adiante forem. Responde, que em todo cum-
prido, e guardado, e feito como se fez cumprir, e guar-
dar este Regimento como nelle se contém sem du-
vida, embargo, nem contradicção alguma, que a
elle seja feita, porque a fim he minha mercê;
e porfirmara de tudo que hei este por mim assignado
que será todo feito por quem não seja mandado
pela Chancellaria sem embargo da Ordena-
ção que dignam o contrario. Francisco de Sá
ofez em Madrid a 16 de Fevereiro Anno do
Nascimento de Nosso Sr. Jesus Christo
de 1587. Logo Vieira ofez escrever.
Ehe Rey, vs.

